



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº	10646.000263/2007-61
Recurso nº	902295 Voluntário
Acórdão nº	3202-000.509 – 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de	23 de maio de 2012
Matéria	IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO
Recorrente	FUNDAÇÃO DOUTOR AMARAL CARVALHO
Recorrida	FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO

Data do fato gerador: 29/06/2007

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. AÇÃO JUDICIAL COM OBJETO IDÊNTICO À EXIGÊNCIA FISCAL. CONCOMITÂNCIA. SÚMULA CARF nº 01.

Importa renúncia às instâncias administrativas a propositura, pelo sujeito passivo, de ação judicial por qualquer modalidade processual, antes ou depois do lançamento, com o mesmo objeto do processo administrativo, sendo cabível apenas a apreciação de matéria distinta daquela constante do processo judicial.

MULTA. POSSIBILIDADE DE COBRANÇA.

Cabível a multa de ofício por ser inaplicável a hipótese do art. 63 da Lei no 9.430/96, com a redação do art. 70 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24/08/2001, já que o Imposto de Importação não foi abarcado por medida liminar concedida em mandado de segurança.

Recurso voluntário negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade, negar provimento ao recurso voluntário. Ausente a Conselheira Fábia Regina Freitas.

Irene Souza da Trindade Torres - Presidente

Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros Irene Souza da Trindade Torres, Rodrigo Cardozo Miranda, Gilberto de Castro Moreira Junior, Luís Eduardo Garrossino Barbieri, Charles Mayer de Castro Souza e Fábia Regina Freitas.

Relatório

Trata-se de Auto de Infração lavrado em 26/07/2011, acostado as fls. 1 a 9, para a exigência do Imposto de Importação (II), acrescido de multa e juros, no montante total de R\$ 14.506,91, em face da decisão da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em São Paulo II (“DRJ-SP2”), que julgou improcedente a Impugnação de fls. 44/193.

Para descrever os fatos, e também por economia processual, transcrevo o relatório constante do Acórdão citado, *verbis*:

“Trata o presente de auto de infração, fls.01/09, lavrado contra a empresa em epígrafe com a exigência do Imposto de Importação e Multa de Ofício, no valor do crédito tributário de R\$14.506,91, pelos motivos a seguir expostos.

A empresa promoveu a importação de mercadorias e processou o despacho aduaneiro pela Declaração de Importação nº 07/0849314-3, registrada em 29/06/2007, fls.12/15, sem o pagamento dos tributos, por entender que a mercadoria importada usufruía da imunidade tributária constitucional.

Entretanto, segundo a fiscalização a contribuinte não atendia um dos requisitos estabelecidos pela legislação,, por não ter apresentado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social do Conselho Nacional de Assistência Social do Ministério da Assistência Social, vencido em 31/12/2003, mas tão somente um pedido de renovação do referido certificado.

Irresignada com a exigência dos tributos devidos a contribuinte impetrhou mandado de segurança, fis.84/89, pleiteando o amparo judicial, no sentido de ser reconhecida a imunidade para todos os tributos exigidos, bem como a liberação das mercadorias.

O MM.Juiz da 3ª Vara Federal da 8ª Subseção Judiciária de Bauru/SP.(processo nº 2007.61.08.000689-5) concedeu a medida liminar, fls. 31/34, no seguinte:

‘Posto isso, defiro a liminar, e determino à autoridade impetrada que reconheça a imunidade tributária de que trata o art. 195,§ 7º, da CF/88, m 17/07/2012 por GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIO, Assinado digitalmente em 17/08/2012 por IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

Impresso em 18/09/2012 por NALI DA COSTA RODRIGUES - VERSO EM BRANCO

afim de proceder, em quarenta e oito horas, a liberação da mercadoria objeto da Declaração de Importação nº 07/0849314-3.'

Conforme consta da decisão do MM. Juiz Federal, o pleito se limitou a liberação das mercadorias sem a exigência, por parte da fiscalização, apenas das contribuições amparadas naquele dispositivo legal.

Assim, a mercadoria foi liberada.

Neste processo foi lavrado o presente auto de infração com a exigência do Imposto de Importação, e declarado pelo auditor-fiscal, o referido auto estaria sendo lavrado para prevenir a decadência. O contribuinte foi intimado e cientificado em 01/08/2007, fl.39, apresentando sua Impugnação, fls.44/46.

O julgamento, inicialmente, foi objeto de diligência e, após, retornou a esta DRJ.

É o relatório."

Em sua decisão, a DRJ-SPII houve por bem manter totalmente o lançamento através do Acórdão nº 17-46.950, de 14 de dezembro de 2010, conforme ementa transcrita abaixo:

"ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Data do fato gerador: 29/06/2007

Pelo Princípio da Jurisdição Una, considera-se renúncia a discussão no processo administrativo fiscal, quando o contribuinte propôs ação judicial sobre a mesma matéria (Súmula nº 1 do CARF). Não se toma conhecimento da impugnação ao auto de infração cuja matéria é objeto de ação judicial.

Multa de Ofício.

Encontrando-se o contribuinte sob procedimento fiscal, a partir do registro da declaração de importação, cabível a referida multa por ser inaplicável a hipótese do art.63 da Lei nº 9.430/96, com a redação do art. 70 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24/08/2001, conforme comando do seu §1º.

Impugnação Improcedente

Crédito Tributário Mantido"

Inconformada com a decisão que negou provimento a Impugnação, a ora Recorrente, interpôs o presente Recurso Voluntário, alegando em síntese que:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 17/07/2012 por GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIO, Assinado digitalmente em 17/07/2012 por GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIO, Assinado digitalmente em 17/08/2012 por IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

Impresso em 18/09/2012 por NALI DA COSTA RODRIGUES - VERSO EM BRANCO

- CÓPIA*
- a) Que o auto de infração foi lavrado após a impetração e concessão da medida limar contida no Mandado de Segurança;
 - b) Toda matéria em questão está “*sub judice*”, em conformidade com dispositivo Constitucional.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Gilberto de Castro Moreira Junior, Relator

O Recurso Voluntário é tempestivo e dele tomo conhecimento, passando a análise do mérito.

Compulsando-se os autos do processo administrativo, constata-se que o auto de infração foi lavrado em 26/07/2007, o mandado de segurança impetrado em 18/07/2007 e a medida liminar concedida nessa mesma data da impetração.

A liminar proferida no Mandado de Segurança nº 2007.61.08.006730-6, determina que “*(...) defiro a liminar, e determino à autoridade impetrada que reconheça a imunidade tributária de que trata o artigo 195, §7º, da CF/88, a fim de proceder, em quarenta e oito horas, a liberação da mercadoria objeto da Declaração de Importação nº 06/1528674-1.*

Vê-se, portanto, que, apesar de a Recorrente requerer no Mandado de Segurança nº 2007.61.08.006730-6 não recolher quaisquer tributos incidentes na importação, a medida liminar não abarcou o imposto de importação.

O seguinte trecho da decisão da DRJ-SPII, o qual adoto para esclarecer a questão, não deixa dúvidas:

“Concluindo é cabível a cobrança do Imposto de Importação que, embora levado ao Judiciário, não foi amparado pela decisão judicial, que se limitou apenas as contribuições ao amparo do art. 195 da CF...”

...

“De todo o exposto, cabível a exigência do Imposto de Importação, objeto deste processo e reiteramos que a sua cobrança poderá ser promovida, independentemente da sentença judicial ou do trânsito em julgado, visto que

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001
Autenticado digitalmente em 17/07/2012 por GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR, Assinado digitalmente em 17/07/2012 por GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR, Assinado digitalmente em 17/08/2012 por IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

Impresso em 18/09/2012 por NALI DA COSTA RODRIGUES - VERSO EM BRANCO

o MM. Juiz em sua manifestação, ainda, em fase de liminar, se limitou a amparar apenas as contribuições do art. 195, § 7º da CF; sendo ainda exigível juntamente com o I.I., a Multa de Ofício, matéria não levada ao Poder Judiciário e nem trazida em sede de processo administrativo, mas exigível conforme demonstrado acima.”

Em conclusão, voto por NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Voluntário, mantendo a decisão da DRJ-SPII.

Gilberto de Castro Moreira Junior